

Vitória dos auditores fiscais

Governo enviará em agosto PL à Assembleia mudando o subteto para R\$ 15.600,00, retroativo a março/09

No dia 20 de julho, em audiência concedida ao Sindsefaz, o secretário Carlos Martins anunciou que o governo envia agora em agosto à Assembleia Legislativa o projeto de lei que reajusta o subteto do Estado em 30%, elevando-o para R\$ 15.600,00, retroativo a março de 2009.

A medida é uma reivindicação de anos dos auditores fiscais, que vinham estorçando mensalmente parte de seus vencimentos. O governo cumpre assim o acordo firmado com o Sindicato no final de 2006 e traz tranquilidade a centenas de colegas auditores.

Já no dia 30 de julho, em nova audiência, o secretário confirmou o envio do PL à ALBA ainda em agosto e disse que os atrasados serão pagos em 6 parcelas a partir de janeiro de 2010.

Aprovar o PL será uma nova batalha na Assembleia. A oposição e os deputados ligados a um pequeno grupo na Sefaz já anunciaram que dificultarão a tramitação da matéria. Os auditores precisarão se mobilizar para pressionar pela aprovação. O Sindsefaz fará sua parte.

Página 3



Em audiência concedida ao Sindsefaz, secretário Carlos Martins anuncia envio do PL do subteto à Assembleia Legislativa



Novo PF de Barreiras melhorará fiscalização

Página 2



Auditores discutem subteto e arrecadação

Página 3



Diretoria do Sindsefaz cobra do governo resolução de pendências com os pensionistas

Página 7

Fazendários de olho nos inimigos

Os 201 sindicatos reunidos no encontro da CTB/Bahia condenaram em Moção a ADI do DEM/PLSAI contra a Lei 11.470/09. A categoria está de olho na articulação de alguns ex-chefes da Sefaz para o retorno do grupo que governou a Bahia nos últimos 16 anos e que tanto mal fez aos fazendários. Página 6

Pensionistas da Sefaz exigem cumprimento do acordo do valor do ponto da GF, de fevereiro de 2008 e querem incorporação da CET concedida aos aposentados em 2006.



Integração entre fiscalização no Trânsito de Mercadorias e Notas Fiscais Eletrônicas é a solução para o aumento da arrecadação de ICMS na Bahia, diz dirigente da Sefaz

Eraldo Bispo responde

O governo anunciou a construção de um novo Posto Fiscal (PF) na região Oeste, divisa entre a Bahia e Goiás e tem objetivo de modernizar e ampliar a fiscalização, e, assim, aumentar o recolhimento do ICMS no trânsito de mercadorias no Estado. A iniciativa foi criticada pela oposição e pela ONG de alguns fazendeiros. Pela ideia que esse grupo homônimo temo passar é que a construção da referida unidade é retrograda e onerosa aos cofres do Estado, já que muitas empresas aderiram a utilização das Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs).

Trata-se de uma ideia atrevida, que de fundo responde aos interesses da oposição, que não quer o avanço da arrecadação, além de ir de encontro à concepção conservadora, caputista e reducionista da ONG infiltrada na Sefaz. É sempre bom lembrar que esse defendem em 2006 a redução do quadro de auditores fiscais do Estado para 450, mesmo número de Santa Catarina naquela época.

É nessa linha que os opositores do novo PF de Barrinas escamoteiam o debate e desdenham que mesmo com o avanço tecnológico e a informatização de grande parte dos processos do Fisco, os PFs não deixaram de ter sua importância para a fiscalização do ICMS no trânsito de mercadorias no Brasil. E não seria diferente na Bahia. Além, uma análise dos números do último mês de julho desmonta o discurso oporista.

Com a aprovação da Lei nº 11.479/2009, que reestruturou as carreiras do Fisco da Bahia, a arrecadação de ICMS no trânsito de mercadorias teve um aumento significativo no mês de julho de 2009 (primeiro mês de efetivação da nova lei). Foram 768 Autos de Infração, representando um crédito reclamado de R\$ 4.560.031,21, contra um crédito no mesmo período de 2008, de R\$ 3.124.788,57 milhões, um avanço de quase 46%.

O Gerente da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (GEMTRA) da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA), Eraldo Bispo de Santana, em entrevista ao Jornal do Sindicato, esclareceu os pontos mais importantes desse discutido sobre a construção do novo PF em Barrinas e a integração entre as NFEs e PFs.

Qual a importância da fiscalização de mercadorias em trânsito para a arrecadação de ICMS na Bahia?

Partindo-se da afirmativa de que o principal receita tributária do Estado da Bahia provém da arrecadação de impostos sobre Circulação de Mercadorias, a **Fiscalização de Mercadorias em Trânsito** atuando de forma preventiva no combate direto à sonegação. Nos meios logísticos que passam, mercadorias presentes do Estado, evitando a sonegação, tem contribuído distintamente no processo de arrecadação do ICMS no Estado da Bahia. Embora seja fato que a importância da fiscalização de Mercadorias em Trânsito não se avalia, prioritariamente pela arrecadação direta, e sim pelo trabalho preventivo que exerce no controle da circulação de mercadorias, não podemos deixar de registrar o bom desempenho no 1º semestre de 2009, com um crédito reclamado de R\$ R\$ 20,3 milhões, contra R\$ 13 milhões de 2008, representando um incremento de 66% no período. Outro dado importante a ser citado é que na circulação física de mercadorias ocorrem irregularidades que se não fossem detectadas pela fiscalização de Trânsito, dificilmente seriam alcançadas em fiscalização posterior, exemplo da ação fiscal no PF Estado Freixo, que resultou na lavratura do **Auto de Infração da História do trânsito de mercadorias da Bahia e de Brasília, com base de cálculo de R\$ R\$ 58 milhões e crédito reclamado de R\$ R\$ 15 milhões**, envolvendo uma importação de equipamento com recolhimento de imposto em pouca autenticidade da Federação, tendo o Estado da Bahia como destino final.

De que forma a fiscalização no trânsito de mercadorias é feita no Estado?

O trabalho da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito é feito através do controle de fluxo e circulação física de mercadorias, com verificação da regularidade documental nos PFs, que são 15 na Bahia, fiscalização nos centros de distribuição do Caméas, transportadoras, Entroposto Aduaneiro e volantes itinerantes nos principais centros urbanos.

Quais são as irregularidades que são detectadas no trânsito de mercadorias?

São diversas as irregularidades detectadas pela fiscalização de Mercadorias em Trânsito. Poderíamos citar como as mais recorrentes a circulação de mercadorias sem documentação fiscal, falta de recolhimento de imposto, recolhimento a menor das prestações sujeitas a Substituição Tributária e contribuintes em substituição cadastral.

Porque a Secretaria resolveu construir um PF em Correntina?

A construção do novo posto fiscal faz-se necessária por diversas razões. Podemos citar a situação precária da atual unidade

fiscal, sem as mínimas condições de trabalho, além da sua localização inadequada. Segundo, trata-se de uma Região com maior potencial agrícola, não só em termos de Bahia, como também do Nordeste, necessitando, portanto, há muito tempo, de uma unidade fiscal com estrutura moderna que possibilite um efetivo controle do escoamento da safra de grãos do Oeste do Estado para outras unidades da Federação, bem como o controle da entrada de mercadorias oriundas dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A unidade fiscal contará com um moderno sistema de controle de fluxo com câmeras e controle eletrônico, sistema de pesagem dinâmica com o veículo em movimento, nível de confiabilidade, pista de fiscalização, possibilitando aos servidores a realização de um trabalho eficaz e de maior qualidade.

O retorno em arrecadação justifica o investimento em construção, manutenção e material humano a ser despendido?

Embora o papel da fiscalização no Posto Fiscal não tenha como foco principal a arrecadação direta do ICMS e sim o controle da circulação de mercadorias, fazendo com que o contribuinte, percebendo a presença do Fisco, cumpra com sua obrigação fiscal, recolhendo espontaneamente o imposto, a iniciativa de que com a estruturação moderna da nova unidade fiscal, em apenas dois anos a valor da arrecadação direta supere o valor do investimento.

Qual a expectativa de arrecadação anual com a instalação do PF de Correntina?

Considerando a nova estrutura do Posto Fiscal que será disponibilizada, a estimativa é que implique a sua arrecadação anual.

Com o avanço da tecnologia e a nota fiscal eletrônica, porque a fiscalização ainda necessita dos postos fiscais?

Existente para se ter o controle da circulação das mercadorias, uma vez que há uma restrição de que, mensalmente, circule pelos PFs, aproximadamente, R\$ 3,5 bilhões em mercadorias. Embora com a implementação da Nota Fiscal Eletrônica e Secretaria da Fazenda dentro a integração eletrônica com a indústria, torna-se imprescindível que haja fiscalização nos PFs com o objetivo de chegar efetivamente a mercadorias que da circulação comercialmente e que não se sabe. Portanto, enquanto não existir a circulação física de mercadorias, entendemos como necessária a manutenção dos postos fiscais, principalmente aqueles localizados na divisa entre as unidades da Federação, pois se não possamos confrontar a informação eletrônica com o que está sendo transportado. É importante registrar que, com a implementação da Nota Fiscal Eletrônica e o surgimento de novos tecnólogos, como o sistema FPD (fiscaliza-



Eraldo Bispo de Santana

ção por Radiofrecência), Conhecimento de Transporte Eletrônico, Manifesto de Carga Eletrônico, Escrituração Fiscal Digital, sistema OCR de identificação de placa, teremos mudanças no modelo de procedimentos de fiscalização, visando adequá-los à nova realidade, cujo foco principal passará a ser a fiscalização definitiva de outras atividades, com ganho na qualidade e otimização do tempo de paradas dos veículos nos postos fiscais.

Quais tipos de serviços são realizados pelos PFs, que ainda são tão passíveis de serem atendidos pelo uso da tecnologia?

A conferência e pesagem física do carga e a avaliação das irregularidades fiscais e o confronto das informações eletrônicas com a circulação física das mercadorias.

O que a atual Administração tem feito pelo Trânsito de Mercadorias?

A atual Administração tendo a frente o Secretário, Dr. Carlos Martins, tempestado sua gestão com ações fundamentadas em princípios éticos. Primeiro a melhoria da estrutura das Unidades Fiscais, proporcionando condições de trabalho para que os servidores possam desempenhar suas atividades fiscalizadas com dignidade. Essa melhoria passa pela construção da Unidade Fiscal do BACG, reforma estrutural dos principais PFs, a exemplo do Bento Gonçalves, Mororé/Viana, Correntina, Estado Freixo e Francisco. Se renovação do distrito de Freixo, disponibilização de novos computadores e ampliação da rede e aquisição de nova frotas de trabalho para as Unidades Móveis de Fiscalização. Segundo, a valorização do quadro funcional com ampliação das atribuições para os agentes de trânsito. Terceiro, o incremento dos serviços, visando prepará-los à modernização da fiscalização e utilização de novas tecnologias. A Secretaria, nestes dois anos e meio de gestão, implantou um programa de capacitação para todos os servidores através de cursos de mercadorias, superando as atribuições anteriores. Foi estabelecido um estímulo efetivo para ingresso de servidores nos cursos com especialização específica, o que, historicamente, a programação de treinamento na Sefaz tomava sempre nos períodos de folga ou durante o expediente, gerando um desestímulo. Nos cursos foram adotados temas como o Curso Formação Estratégica, Ética na Administração Pública, Atendimento, Relacionamento Interpessoal, Modernização da Fiscalização, Integridade Fiscal, Legislação do ICMS, Segurança da Informação, Nota Fiscal Eletrônica e Substituição Arrecadação Tributária.

Subteto

Projeto que muda valor para R\$ 15.600,00 vai à Assembleia este mês, garante governo

Vitória histórica dos auditores fiscais

O secretário da Fazenda, Carlos Martins, confirmou em audiências concedidas ao Sindsefaz nos dias 20 e 30 de julho, que o governo enviaria ainda em agosto à Assembleia Legislativa o projeto de lei que amplia o subteto salarial do Estado para R\$ 15.600,00. A medida faz parte do acordo firmado com o Sindsefaz no final do ano, que previa as mudanças na Carneira do Fisco e a incorporação de parte do PDF (via aumento do ponto da GF), com incrementos salariais.

Como o aumento do subteto não ocorreu na sequência da aprovação da Lei 11.470/09, centenas de colegas auditores fiscais vêm



Audiência da Diretoria do Sindsefaz com o secretário Carlos Martins

sofrendo enormes perdas salariais, já que estão estomando mensalmente parte dos seus vencimentos para o Estado. É importante lembrar que essas perdas

já existiam antes da aprovação da lei, mas, ressalte-se, se tornaram maiores após a incorporação de parte do PDF. O prejuízo é maior para os que estão no

topo da carreira, sobretudo os que ocupam cargos comissionados ou os que incorporaram vantagens.

Segundo Carlos Martins, o novo subteto será retroativo a março, ou seja, as perdas desses cinco meses serão ressarcidas. A notícia também traz mais tranquilidade à Fazenda, já que este problema vinha criando um ambiente de incerteza e insatisfação. Sobre o passivo a partir de março, o governo sugeriu o pagamento dessa diferença a partir de um parcelamento em seis vezes, de janeiro a junho/2010, em face das dificuldades financeiras do Estado, fruto da crise econômica mundial.

Fim das perdas a partir de 2010

Em reunião com cerca de 60 auditores fiscais no dia 24 de julho, o Sindsefaz discutiu a proposta do governo e tirou do encontro algumas sugestões já apresentadas ao secretário da Fazenda, Carlos Martins, na audiência ocorrida dia 30 passado. A principal delas é a preocupação que todos os auditores têm quanto os possíveis estornos nos vencimentos do segmento quando das novas incorporações de PDF (via incremento do valor do ponto da Gratificação Fiscal - GF) nos anos de 2010 e 2011.

O Sindicato falou ao

secretário do compromisso firmado pelo segmento quanto ao incremento da arrecadação do Estado e o desejo de que o governo promovesse um Encontro, uma espécie de Seminário, onde representantes da categoria pudessem debater com a Administração da Sefaz formas de atuação no âmbito da fiscalização e tributação que refitem, a curto e médio prazo, na melhoria e majoração da arrecadação estadual.

O secretário destacou inicialmente que a proposta de R\$ 15.600,00 significa um incremento de 30% do valor do atual subteto salarial do Executivo e lembrou que a

incorporação de PDF, via incremento da GF, em março de 2009 foi de 15%, portanto, somente em 2010 terá nova incorporação de 15%. Carlos Martins disse que a proposta apresentada é fruto de ampla discussão no governo e que o governador Wagner construiu esta alternativa para atender a demanda das categorias atingidas, honrando os compromissos assumidos pelos secretários nos acordos setoriais. Foi categórico ao afirmar que diante da situação financeira do Estado, das perdas de arrecadação ocorridas entre setembro/08 e abril/09 em todo o país, não há

como fazer alterações, neste momento, na proposta apresentada, desabafando que "o esforço foi muito grande". Carlos Martins se comprometeu com a proposta de realização do seminário apresentada pelos auditores.

A direção do sindicato afirmou ao secretário que o incremento de 30% no subteto do Poder Executivo é mais uma grande vitória da categoria neste governo, digna de ser comemorada, mas o Sindsefaz continuará na batalha para modificar o subteto para os próximos anos e vai atuar politicamente na ALBA neste sentido.



Após 16 anos de massacre e perdas, uma avaliação dos últimos dois anos e meio mostra que os fazendários têm MUITO o que comemorar

Contra fatos não há argumentos

Uma radiografia das vitórias obtidas pelos fazendários nos últimos dois anos e meio mostra que este período se configurou no mais produtivo em quase duas décadas, em especial se compararmos com o intervalo compreendido entre 2000 e 2009.

Este levantamento feito pelo Sindicato é importante para a análise da categoria. Isso porque, vez por outra, ouvimos queixas dos colegas acerca do salário, da gratificação, das suas condições de trabalho. Ademais, a comparação permitirá a alguns fazendários relembrar o sofrimento que vivemos nos governos opressores que perseguiram com malverdades o funcionalismo público, cujos exemplos maiores são o Redutor Salarial, o fim

das diárias especiais, desprezo ao segmento do grupo ocupacional técnico administrativo e o desrespeito à paridade entre ativos e aposentados.

Há pendências ainda que carecem de urgente solução: aprovação do novo subfeto salarial, cumprimento do acordo de fevereiro/2008 em relação às pensionistas e definição da promoção dos técnicos administrativos, bem como a discussão sobre sua carreira específica desse segmento.

Porém, contra fatos não há argumentos: a situação dos fazendários é outra após os acordos firmados pelo Sindsefaz e o governo nos últimos dois anos e meio.

AUDITORES FISCAIS



- Novo subfeto salarial de R\$ 15.000,00 (aumento de 30%), válido a partir de março/09
- Incorporação de 40% do PDF, via incremento da GF (15% em março/09, 15% em março/10 e 10% em março/11)
- Retorno do valor do ponto a 3%, o que significou um aumento real de 9%
- Incremento de 10 pontos da GF a partir de abril de 2009

AGENTE DE TRIBUTOS



- Novas atribuições na Carreira, uma reivindicação de 20 anos
- Incorporação de 40% do PDF, via incremento da GF (15% em março/09, 15% em março/10 e 10% em março/11)
- Incremento de 10 pontos da GF a partir de abril de 2009
- Retorno do valor do ponto a 3%, o que significou um aumento real de 9%

APOSENTADOS



- Mudança no subfeto (elevação em 30%)
- Incorporação de 40% do PDF, via incremento da GF (15% em março/09, 15% em março/10 e 10% em março/11)
- * Conquista judicial em 2006, de 20% da CET e de 15%, em média, com o avanço de duas classes na carreira, em 2004

* Importante frisar que não foi no governo Wagner, mas só foi possível através de ação judicial do Sindsefaz

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS



- Reajuste de 17,26% em 2007, retirando a remuneração abaixo do salário mínimo
- PDF 100% incorporado em 2009
- Ganho de 56% do PDF via GDF
- Avanços de classe/promoção para GDF específica para a Sefaz, pavimentando o caminho para a carreira própria
- GDF específica para a Sefaz, pavimentando o caminho para a carreira própria

Informe Jurídico Redutor Salarial

São 50 processos do Redutor Salarial (Mandados de Segurança de 1995). Todas as decisões já foram acatadas. Em todas elas o Estado opta Embargos à Execução, dos quais 20 já foram julgados e rejeitados pelo TJ-RJ, que determinou o prosseguimento da execução. Contra tais decisões o Estado opta Embargos de Declaração, tendo o TJ já rejeitado 31 delas. Após esta rejeição o Estado interpõe Recursos Especial e Extraordinário. Tais recursos passam por uma análise prévia do TJ-RJ (Julgo de Admissibilidade) que pode admiti-los ou não. Caso admita, os recursos sobem para o STJ (o Especial) e, depois, para o STF (o Extraordinário). Caso não sejam admitidos o Estado ingressa com outro recurso (Agravos de Instrumentos) para desanular o recurso e, este Agravo segue para o STJ (o relativo ao Especial) e para o STF (o relativo ao Extraordinário). Dos 31 processos que já tiveram os Embargos de Declaração rejeitados, 28 estão com recursos Especial e Extraordinário interpostos. Destes, até o momento, apenas dois passaram pela análise prévia do TJ, tendo sido admitidos. Por isso o Estado interpõe Agravo de Instrumento que se encontram no STJ, são eles: Abelita Vieira Rego, nº 1174132 e Ayrton Martins Ferreira, nº 112523.

PDF dos Aposentados e Pensionistas

A última instância, o STJ, já julgou o Recurso Extraordinário (nº 591648), interposto pelo Estado, e não o conheceu, nos seguintes termos: "Reconhecido o negado pelo tribunal a quo o caráter geral de gratificação funcional ou de outra vantagem pecuniária, perante os termos da legislação local que a disciplina, não pode o Supremo, em recurso extraordinário, rever tal premissa para estender ou negar aquela aos servidores inativos com base no art. 49, § 8º da Constituição da República."

Após esta decisão o Estado ingressou com Embargos de Declaração. O STF, ao julgar estes Embargos no último dia 1º de julho e além de rejeitá-los, condenou o Estado ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, por entender que houve intenção do Estado em atrasar o fim do processo (procrastinação). Apesar desta condenação o Estado interpôs novo recurso, desta vez, um Embargo de Divergência, cuja apreciação ainda não foi feita pelo Supremo Tribunal Federal.

Contribuição extraordinária

Conforme decisão da Assembleia Geral do 1º de julho passado, haverá uma contribuição extraordinária dos fazendários em favor do Sindicato para fazer frente às ações judiciais e às mobilizações da categoria para o segundo semestre deste ano. A assembleia dedicou a contribuição ao concreto caso fosse resolvida a mudança do subfeto. A contribuição ocorrerá nos

meses de setembro e novembro e só atingirá o grupo Fico. Os colegas aposentados contribuirão com 50% do total pago pelos colegas de ativa. Sendo duas parcelas de R\$ 200,00 (duzentos reais) em setembro/2009 e novembro/2009, para auditores fiscais e agentes de tributos de ativa. Para aposentados o desconto será de R\$ 100,00 (cem reais), nos mesmos meses.

IAF e DEM/PFL encenam, em público, o cotidiano de uma relação íntima

Inimigos dos fazendários

Se há políticos que podemos afirmar que trouxeram prejuízos aos fazendários, esses são os quadros do DEM/PFL e aliados. Durante 16 anos este partido patrocinou o maior arrocho salarial já vivido pelo servidor público baiano e, especialmente, contra nossa categoria, engendrou toda sorte de retrocessos, com retidas de direitos e ataques a conquistas históricas.

Os governos da ACM, Paulo Souto e César Borges são do triste memória: Redutor Salarial, fim das diárias especiais, desrespeito aos aposentados e pensionistas, redução do valor do ponto da GF, perseguição aos dirigentes sindicais, desprezo aos técnicos administrativos, impedimento à aposentadoria, entre tantas outras maldades. Estanho é, entre os fazendários, portanto, quem ainda admire este grupo político. Mas, pior, é que tem aqueles que os veneram.

O almoço entre alguns poucos fazendários e Paulo Souto, César Borges, ACM Neto e outros políticos desse grupo mostra que entre



Imagens retiradas do arquivo do IAF

não caminha aqueles que torcem — e tramam — para a volta dos inimigos da categoria ao poder. As imagens de calorosos encontros e cumprimentos, além da desenvoltura e desprendimento dos presentes, é uma prova das íntimas ligações entre eles. Afinal, de certeza, alguns dos ex-chefes da Fazenda estavam ali

reunidos com os seus padrinhos.

Agora, que o projeto do subtítulo salarial vai à Assembleia e a qual a oposição e os deputados do time do IAF já anunciaram que pretendem dificultar a tramitação, fica evidente a necessidade de separação entre joio e trigo. E, ao se aproximar o processo eleitoral de 2010, caem as últi-

mas máscaras que alguns destes dirigentes do Setar insistem em usar. Junto com o discurso, desaba também o discurso falacioso da independência política e da primordiedade da burocracia técnica na Setar.

Técnicos? Que natal! São políticos e bônus, só não queriam assumir: "dê-la a volver".

ADI do DEM/PFL

CTB aprova moção contra a ação no STF e condena perseruição aos fazendários

Partido faz mal aos servidores

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTTB), regional da Bahia, aprovou no último dia 1º de agosto, uma Moção de Apoio aos fazendários na luta contra os ataques patrocinados pelo DEM/PFL, aos seus direitos e conquistas. A aprovação se deu durante o 2º Encontro Estadual da Central, ocorrido em Salvador.

No documento, a CTTB, além de prestar sua solidariedade aos fazendários, diz que o DEM é o mesmo partido que governou a Bahia por 16 anos e que negou, nesse período, os direitos dos fazendários. A Central encoraja o documento afirmando que este partido continua fazendo mal aos servidores públicos.

Veja íntegra da Moção.

Moção de apoio

Os 580 delegados e delegadas, representando 201 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras baianos, reunidos nos dias 31 de julho e 1º de agosto, no 2º Encontro Estadual da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - Regional Bahia, e demais sindicatos baianos filiados à Central, vem, por meio desta Moção, manifestar seu apoio e solidariedade à luta dos fazendários baianos e de sua entidade representativa, o Sindicato - Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia, que enfrenta a ação nefasta e contraditória do DEM/PFL, contra suas conquistas salariais e corporativas.

O Sinesfaz em final de 2006,

conseguiu negociar com o Governo do Estado da Bahia a mudança na sua carreira específica e vantagens salariais que vinham sendo negadas pelos governos desde 2000. A negociação se materializou num projeto de lei que corrigia distorções na prática humana da fiscalização de tributos e mudava procedimentos de remuneração, incorporando vantagens que não eram percebidas pelos aposentados. Isso possibilitará, já a partir desse ano, que 400 servidores da Fazenda em condições de se aposentar possam gozar o direito, já que estavam impedidos por conta da perda salarial que sofriram.

Porém, as mudanças que foram negadas nos governos de César Borges e Paulo Souto — concedi-

das através da Lei 11.470/99 — estão sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal pelo DEM, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Coincidentemente, é o mesmo partido que governou o Estado e negou os direitos à categoria, nos anos anteriores. Porém, para entender o absurdo da ADI, não se apenas o fato que, nesta Ação, o DEM questiona uma lei que foi elaborada e aprovada pelo próprio partido, em 2002. Uma contradição e um casuísmo para prejudicar os trabalhadores.

O movimento sindical classista vem se colocar em favor dos fazendários e condena a atitude do DEM, que continua fazendo mal aos servidores públicos da Bahia.

Salvador, 1º de agosto de 2009

Arrecadação

Gritaria da oposição ofende fazendários e responde a interesse político

Queda veio com a crise

Qualquer pessoa minimamente informada sabe que o mundo passa por uma crise econômica. Uma pessoa mais interessada em economia saberá também que os países exportadores são os que mais sofrem com a contração das compras mundiais. E a um fiscal da Fazenda e a um deputado, é obrigatório saber que numa como essa, os estados misérrimos, com uma indústria e uma agricultura mais voltada ao mercado externo, serão os que mais sentirão os efeitos da redução das exportações.

Por isso não consideramos má fé ou desinformação da oposição ao governo e de seus seguidores na Sefaz, esbravejarem, tal qual arapongas, que a Bahia é o pior estado do Nordeste em arrecadação e que isso é incompetência da Sefaz.

A Sefaz promoveu mudanças mais sensíveis na sua estrutura interna entre todas as secretarias na atual gestão, através da sangria da Lei 11.470/09. A oposição sabe disso. Sabe que se iniciou com essa Lei um processo de mudança que mexe na raiz da estrutura

de poder que foi criada pelo carlosismo entre 1991 e 2006 no Estado. E desestabilizar o secretário Carlos Martins e sua equipe é jogar casca de banana para desequilibrar o peso que, corajosamente, foi dado.

Não é estranho, portanto, que mesmo sob o risco de ser chamada de ignorante ou acusada de agir com má fé, a oposição continue passando por cima de números e fatos e use setores desinformados da imprensa (ou aliados) para deturpar a realidade sobre a arrecadação da Bahia.

Jogo eleitoral

O jogo eleitoral será jogado para valer em 2010. Mas a oposição, incluindo os ex-chefes da Sefaz, quer antecipar o início do jogo. Deve doar saber que mesmo com a crise, a arrecadação da Bahia em 2009 é ainda melhor que em 2008, último ano de governo do DEM/PFL. Cite-se isso apenas como acréscimo, não como conclusão. É evidente que para o Sindsefaz, a análise não pode ser feita da forma simplista como faz a ONG IAP, que limita e afiança da competência e da capacidade técnica apenas a si própria.

O Sindicato sabe que a Sefaz é formada por quadros capacitados e que foram requalificados, seja por iniciativa própria seja por cursos da própria Sefaz. Estão preparados para garantir o avanço justo da arrecadação quando a situação objetiva permitir, seja nesse ou em qualquer governo. Só não dá para fazer isso ignorando a realidade, nacional e internacional. Isso é o que a oposição vem fazendo, com vistas a 2010. E nem se a administração fizer vistas grossas a gargalos da fiscalização, como ocorre em tempos idos.

Julho redentor, graças ao esforço dos fazendários

A Bahia, como qualquer outro grande estado, sofreu uma expressiva queda de arrecadação no setor de petróleo, que responde a cerca de 35% de nossa receita de ICMS. Esses são setores sensíveis aos solavancos internacionais e mesmo em julho passado, quando a arrecadação mostrou a retomada do vigor, estes segmentos continuaram com desempenho ruim, segundo dados da Sefaz: Petróleo (-7,49%), Indústria Química (-3,17%) e Indústria Metalúrgica (-32,58%).

Há de se ressaltar o importante incremento de arrecadação no setor do comércio, que apresentou crescimento sequencial mesmo nos meses da crise mais severa, entre outubro/08 e abril/09 e continua crescendo de forma consistente nos últimos meses.

PÓS LEI 11.470/09

Porém, o resultado do mês de julho passado, que recuperou o patamar de arrecadação de 2008, deve ter sido um balde de água fria nas pretensões da opo-

sição e de um pequeno grupo na Sefaz. Assim como o foi, também, o crescimento de quase 46% no crédito reclamado nos postos fiscais, após a lei 11.470/09 entrar efetivamente em vigor em julho, ou de 66% na arrecadação de ICMS no Trânsito de Mercadorias em 2009. No mês, enquanto a arrecadação cresceu 1,32%, o incremento no Trânsito foi de 47%, assim como, dos 880 autos de infração, 98% foram pagos.

Complexo intermodal

Investimentos transformarão o Sul do Estado em nova fronteira econômica

Economia ampliará eixo

Atualmente concentrado na região metropolitana de Salvador, a economia da Bahia ampliará seu eixo de ação com as obras que o governo federal, através do PAC e o governo da Bahia planejam para execução já a partir de ano que vem. O Sul do Estado será bastante beneficiado com a construção, em Ponta da Tufia, Ilhéus, do complexo intermodal integrado de porto, ferrovia, hidrovia e aeroporto.

As obras são comemoradas pelo colega auditor fiscal e diretor do Sindicato, José Henrique Abóbora. Ex-vice-prefeito de Ilhéus e ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do município, Abóbora se acostumou a discutir os temas que movimentam a economia da região Sul. "Em especial nesse momento, que o cacau

deixou há muito da ser fonte de riqueza e que perdemos empresas do pólo de informática, a notícia da instalação desse complexo enche de entusiasmo toda a região", diz ele.

Segundo as informações disponíveis na Secretaria da Infra-Estrutura do Estado, o Porto Sul contará com terminais para grãos-agrícolas, combustíveis e contêineres, além de uma rede área primária destinada ao pólo industrial e de serviços. Também serão construídas cinco novas rodovias, um rodoviário e um novo aeroporto. As obras contemplarão silos para biocombustível, soja, algodão, milho, café e um mineroduto (este atenderá as necessidades de exploração de minério de ferro em Catilã, previsto para iniciar em 2013, com um volume

de 25 milhões de toneladas por ano).

Já a ferrovia Oeste-Leste ligará Ilhéus a Figueirópolis, no Tocantins, com extensão de 1.500 km, 73% em território baiano. Sua primeira etapa, prevista para ficar pronta em 2011, ligará o Porto Sul (Ilhéus) a Catilã. A segunda etapa vai de Catilã a Correntina e tem previsão de conclusão em 2012. Somente essa obra terá investimento de R\$ 6 bilhões.

"Os investimentos anunciados criam um novo pólo de desenvolvimento para a Bahia", comemora Abóbora. Colunista do Sindicato diz que o projeto chega num momento em que há um esgotamento das vias logísticas baianas em função da precariedade portuária e aeroportuária. "Os gargalos atuais existentes nos



José Henrique Abóbora

portos de Aratu, Ilhéus e Salvador devem ser minimizados com o novo 'hub' intermodal, além de atrair cargas de outros portos do Sudeste que se encontram com capacidade esgotada", diz ele. Outro fator importante citado por José Abóbora é o potencial econômico que a Bahia terá com o novo complexo, o que permitirá o avanço da arrecadação fiscal.

Superintendentes da SAEB recebem Sindsefaz, mas ainda não apresentam soluções

Governo tem que cumprir acordos

No dia 6 de agosto a direção do Sindsefaz se reuniu com o Superintendente de Recursos Humanos da SAEB, Adriano Tambone e a Superintendente de Previdência da Bahia, Daniela Gomes. Na pauta, as pendências existentes com as pensionistas da Fazenda.

O Sindsefaz vem fazendo inúmeras gestões para que o governo do Estado cumpra os acordos assumidos com o sindicato quanto à elevação do valor do ponto da GF para pensionistas – acordo assinado em 2008 –, incorporação parcelal do PDF e reajuste dos 3% anuais (acima da inflação) como previsto na Lei 11.470, aprovada em abril de 2009.

Há algum tempo o Sindsefaz vem lutando judicialmente, e obtendo êxito nas diversas instâncias do judiciário, para que as pensionistas tenham em seus contracheques os 20% da CET que já foi incorporado aos vencimentos dos aposentados desde 2008, mas ainda não há trânsito em julgado neste processo.

A direção da SAEB apresentou o que seria o impacto de revisão de pensões do funcionalismo, destacando, em especial, quatro categorias: a Fazenda, policiais militares, servidores do Tribunal de Justiça e a Educação. Os técnicos afirmaram que seriam necessários gastos anuais no valor de R\$ 180 milhões a mais dos cofres públicos para suprir esta demanda global.

A representante da SUPREV afirmou que atualmente são 1.155 pensionistas cadastradas como oriundas de ex-servidores da Fazenda e que a atualização deste contingente custaria a soma de R\$ 1,2 milhões de reais a cada mês. Afirmaram, ainda, que este cálculo amparava apenas as pensionistas obrigadas pela paridade constitucional prevista na Emenda Constitucional 41, de dezembro de 2003.



Sindsefaz pressiona governo para resolver pendências com as pensionistas urgentemente

OBSTÁCULOS

A SAEB apontou como obstáculos para atendimento imediato do pleito do segmento o fato de que a Secretaria de Administração teria dificuldades para tratar diferente Fazenda e outras categorias. O Superintendente de Recursos Humanos, Adriano Tambone, afirmou também que faltaria autorização legal para fazer alterações fragmentadas ou parciais das revisões, como o pagamento específico do retorno do valor da GF a 3%, que representaria um incremento de 9% nos seus vencimentos das pensionistas da Sefaz, atendendo ao acordo assinado na Mesa Setorial em 2008. E concluiu dizendo que a SAEB sozinha não teria como resolver a questão, necessitando, portanto, de uma decisão do núcleo do governo em torno da questão.

A diretoria do Sindsefaz disse, categoricamente, que firmou e assinou acordo com o governo e quer o cumprimento desses termos acordados. No entanto, não vai se furtar em discutir fórmulas com o governo, diante do cenário de crise econômica mundial, que visam atender aos interesses dos seus filiados.

Quanto às afirmações dos Técnicos da SAEB, os sindicalistas discordam veementemente que alterações

fragmentadas (pagamento do retorno do ponto, por exemplo) não teriam autorização legal para serem feitas. “Cada segmento tem uma Lei específica e se esta Lei foi aprovada pela ALBA e sancionada pelo governador, tem que ser cumprida na íntegra, assim como os acordos, pois acredito que este governo tem palavra”, disse um dos diretores presentes.

A diretoria alegou que mais de 90% das nossas pensionistas da Fazenda têm paridade constitucional plena e que o parecer da Procuradoria Geral do Estado deixa claro que todas as pensões que foram adquiridas antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31/12/2003, fazem jus à plenitude da paridade estabelecida na Constituição brasileira, então não haveria motivos para dúvidas quanto ao cumprimento do acordo salarial e os efeitos da nova Lei 11.470/09 para as pensionistas da Sefaz.

Os representantes da SAEB ficaram de levar ao núcleo do governo a posição de inflexibilidade da categoria quanto ao atendimento do pleito das pensionistas. Já o Sindicato reunirá sua base para tratar a questão. Antes, porém, na busca de somar positivamente para encontrar solução ciliere para o problema, o Sindsefaz levará ao

Novos rumos nessa luta

A direção do Sindicato se reuniu no mesmo dia, 6 de agosto, para tratar o tema. A executiva decidiu agir com cautela, maturidade política, mas com veemência em favor do segmento das pensionistas filiadas como vem fazendo, com sucesso, para os auditores fiscais, agentes de tributos estaduais, grupo ocupacional técnico administrativo e os aposentados.

A diretoria decidiu encaminhar solicitação de audiência com o Secretário Carlos Martins e convocou reunião do Conselho Sindical, para 24/08, para discutir a regulamentação da GF, o estímulo à regionalidade, promoção dos auxiliares e técnicos administrativos e poderá servir para realizarmos uma grande mobilização na Assembleia Legislativa, caso – até essa data – não tenha havido a aprovação do Projeto de Lei do novo subtope salarial do Poder Executivo.

Mas a reunião do pleno do Conselho Sindical, sobretudo, servirá para avaliarmos formas de luta em favor e em solidariedade aos pensionistas da Sefaz, que ainda não puderam ter em seus vencimentos o resultado da intensa luta dos fazendários nos últimos anos. Será marcado um encontro estadual das pensionistas da Fazenda

conhecimento do Secretário da Fazenda Carlos Martins as informações desse reunião, conforme solicitação do mesmo.